

que, na companhia de outros seus contemporâneos, fecha o ciclo das contestações puramente filosóficas face às disfunções monárquicas, o trabalho realizado por Jorge Fernandes Alves constitui uma importante achega para todos os que continuam a interessar-se pelas diversas modalidades de expressão do demo-liberalismo oitocentista português.

AMADEU CARVALHO HOMEM

José Manuel Tavares Castilho, A Ideia da Europa no Marcelismo, 1968-1974, 561 páginas.

As relações ambivalentes de Portugal com a Europa no período do Estado Novo, e em particular no período agonizante do marcelismo, são admiravelmente retratadas neste livro. Conforme salienta António Costa Pinto no prefácio, a obra de José Manuel Tavares Castilho é precursora nos *curricula* de História ou Ciência Política nos estudos europeus, até aqui mais estruturados em disciplinas como a Economia. Nuno Severiano Teixeira, na apresentação da obra, salientou mais duas qualidades deste livro: oferece uma boa leitura e apresenta um apêndice completo de textos e documentos. Fernando de Sousa considera que o trabalho ficará como um dos marcos de referência

da historiografia do marcelismo devido ao ineditismo do tema abordado. Para quem desconheça o nosso passado recente europeu e queira descobrir os motivos históricos da nossa presente realidade europeia, recomendando a leitura deste livro¹.

A premissa de Tavares Castilho é a de que não houve abertura à Europa para além das ligações económicas com a EFTA em 1959 e a CEE em 1972. As clivagens em volta da dicotomia Europa/ultramar levariam à vitória dos ultras, apegados à memória de Salazar e ao ultramar. O período do consulado de Marcelo Caetano foi escolhido, de acordo com o autor, por reunir as necessárias condições políticas e sociológicas ligadas ao desaparecimento político de Salazar, à esperança de renovação suscitada por Caetano, à necessidade de chegar a um acordo com a CEE com a futura entrada da Grã-Bretanha, à revisão constitucional de 1971, à agudização da situação política e militar no ultramar e à crescente oposição interna.

Neste enquadramento, a investigação teve como objectivo geral determinar se a opção europeia teria sido «assente em convicções e tendo como fulcro um movimento voluntário e assumido no quadro de uma

¹ O melhor resumo do nosso passado europeu continua a ser de José Calvet Magalhães, in Ruy Teixeira Guerra, António de Siqueira Freire e José Calvet Magalhães, *Movimentos de Cooperação e Integração Europeia no Pós-Guerra e a Participação de Portugal Nesses Movimentos*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração, Departamento de Integração Europeia, 1981, pp. 35-55.

evolução política das elites» ou, pelo contrário, resultou de uma atitude pragmática ditada por «condicionalismos incontornáveis, na sequência do que sucedera anteriormente», especialmente durante a última década da governação de Salazar (p. 20).

A obra de Tavares Castilho assenta sobre fontes impressas, com menor recurso a fundos arquivísticos, por estes últimos em grande parte se manterem inacessíveis aos investigadores. As fontes privilegiadas foram os discursos e intervenções políticas, o *Diário das Sessões*, os *Pareceres* da Câmara Corporativa e a imprensa dos diversos quadrantes políticos. Esta escolha vem revelar-se representativa para o efeito de estudar o pensamento político em relação à Europa no período em causa. A pesquisa deste investigador concentrou-se igualmente sobre um «painel considerado representativo», compreendendo as elites políticas e económico-financeiras e a imprensa de Lisboa, bem como os diversos quadrantes da oposição (p. 33).

Antes de analisar o período marcelista, Tavares Castilho procura fazer um enquadramento da posição de Portugal no final da década de 60. Partindo de um balanço sumário do salazarismo e do marcelismo, o autor procura também apresentar um panorama da integração europeia e o papel desempenhado por Portugal nesta realidade. «Essa realidade que hoje chamamos Europa começou a delinear-se há cerca de seis mil anos e tem como fundamento, não um qualquer espaço geográfico, mas uma filosofia,

uma cultura e, sobretudo, uma política consubstanciada no conceito helénico de democracia, que é, ainda hoje, o pilar fundamental da construção europeia [...] Esta civilização assenta em três bases fundamentais: a tradição democrática grega, a organização romana e o cristianismo» (p. 74). O caminhar europeu do Império Romano à segunda grande guerra é retratado em síntese, mas, verdadeiro impulso por detrás da integração europeia, seria antevisto por Victor Hugo: «Acabemos com os impérios mortíferos [...] A paz será assim tão difícil? [...] Numa palavra, os Estados Unidos da Europa são o objectivo, são o porto» (p. 78).

Segundo Tavares Castilho, a principal questão para o regime português pós-1945 seria a dicotomia descolonização/integração europeia. Em relação à primeira, a recusa de aceitar a sua inevitabilidade seria total. Em relação à segunda, o regime adoptaria uma «atitude pragmática», convencido pelos argumentos económicos, mas descrente em termos políticos (p. 87). Em 1953, Salazar considera que a ideia de integração não passava de um mito nascido na «simplicidade de espírito» e ligeireza de opiniões» dos Estados Unidos e que a França que não passava de um «país cansado de lutar». Portugal já tinha recusado a ajuda do primeiro exercício do Plano Marshall, embora membro fundador da OECE, mas inverteria a sua posição em consequência do agravamento da sua posição económica. O cepticismo público

de Salazar perante a integração europeia manter-se-ia no futuro. Seria o próprio presidente do Conselho a considerar que para Portugal a colonização e a integração europeia eram incompatíveis: «É tão enranhado o amor dos portugueses à independência e aos territórios ultramarinos, como parte relevante da sua história, que a ideia de federação, com prejuízo de uma ou dos outros, lhes repugna absolutamente [...] Da Europa nada mais nos interessa substancialmente no campo político. Interessamos mais Angola, Moçambique e até o Brasil... A nossa feição atlântica impõe-nos, pois, limites à colaboração europeia, quando esta colaboração se revista de formas de destruição daquilo que somos e integração naquilo que não nos importa ser. Por felicidade, os Pirenéus são geograficamente um elemento de tanto relevo que permite à Península não ser absorvida ou decisivamente influenciada pelo peso da nova organização, mas aguardar e ver»² (p. 88).

Na realidade, como Tavares Castilho salienta, a política externa portuguesa na área da integração europeia seria marcada pelo pragmatismo. Em 1959, Portugal procura e consegue tornar-se membro fundador da EFTA. Para Tavares Castilho, esta opção «representa para Portugal o fim da

² Salazar referia-se à projectada Comunidade Europeia de Defesa (CED), que englobava uma comunidade política europeia, que viria a ser chumbada pela Assembleia Nacional francesa no ano seguinte.

autarcia económica» e «uma aproximação pragmática aos movimentos de integração europeia, sobretudo e apenas na sua vertente económica» (pp. 90 e 92). Calvet Magalhães e Silva Lopes atribuem a primeira realidade, não à EFTA, mas à participação desde 1948 na OECE³. Em relação à EFTA, Tavares Castilho esbate que a sua fundação foi também uma reacção política à fundação da Comunidade Económica Europeia e que Portugal, à semelhança dos seus parceiros, com a excepção do Reino Unido, procurava, por intermédio da associação, não ter de negociar isolado com a CEE.

A opção pela EFTA revelou que tanto o governo como os meios empresariais compreenderam que Portugal não podia manter-se alheado dos fenómenos de integração económica europeia. Esta realidade tinha sido uma das principais conclusões do II Congresso de Economistas realizado na AIP em 1957 e confirmado por Pereira de Moura no parecer da Câmara Corporativa sobre a EFTA: «A estruturação da comunidade internacional no nosso tempo já não autoriza [...] isolamentos» (p. 90). O presidente da Associação Industrial Portuguesa, Carlos Alves, considerou,

³ V. José Calvet Magalhães, in Ruy Teixeira Guerra, António de Siqueira Freire e José Calvet Magalhães, *op. cit.*, Oeiras, Instituto Nacional de Administração, Departamento de Integração Europeia, 1981, p. 47, e José da Silva Lopes, «A economia portuguesa desde 1960», in António Barreto (ed.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS, 1996, pp. 273-275.

em 1969, que a adesão à EFTA «significou desde o seu início uma opção decisiva nos destinos económicos do país»; com esta opção Portugal «alinhou deliberadamente no movimento de integração europeia» (pp. 90-91).

Se, em termos económicos, a adesão à EFTA era pacífica, em termos políticos, esta opção era problemática, conforme relata o ministro dos Negócios Estrangeiros da altura, Franco Nogueira: «Está dividido o gabinete: há uma corrente europeia, há uma corrente ultramarinista» (p. 93). O governo afirmava em público que a opção pela EFTA era compatível com a política ultramarina e completada pela criação do espaço económico europeu em 1961. Infelizmente, esta suposta compatibilidade seria exposta no mesmo ano com o pedido de adesão da Grã-Bretanha à CEE. A Portugal, à semelhança dos outros membros da EFTA, não restava outra solução senão seguir os passos do seu aliado e encetar negociações. Uma opção política incompatível com a sua política colonial, de acordo com Franco Nogueira: «Entrar no mercado comum implica uma opção exclusivamente europeia e, portanto, com abandono do Ultramar» (p. 92). Esta opção seria defendida pelo ministro da Economia, Ferreira Dias, e pelo ministro de Estado responsável pelas relações económicas externas, Corrêa d'Oliveira. Felizmente, para o governo de Salazar, confrontado com a necessidade de sacrificar a sua política colonial a favor da sua política

europeia, o veto de de Gaulle a 14 de Janeiro de 1963 adiaria a entrada da Grã-Bretanha na CEE uma década.

O cerne do livro de Tavares Castilho é dedicado ao estudo no consulado marcelista dos diversos intervenientes no debate europeu. Os aspectos estudados mais importantes são a posição do governo e da Assembleia Nacional perante a necessidade de se chegar a um acordo com a CEE com a entrada da Grã-Bretanha. O autor também foca o debate europeu noutros aspectos da vida interna, como no Colóquio de Política Industrial de 1970 e nas elites financeiras, na SEDES e na Legião Portuguesa, na oposição, incluindo o Partido Comunista Português, e na imprensa. Sobre o consulado de Marcelo Caetano de 1968 a 1974, o depoimento do economista Manuel Guedes-Vieira, ligado às negociações europeias, obtido por Tavares Castilho, é taxativo em relação à Europa: «Qual a posição oficial sobre a integração europeia? A meu ver era de *wait and see*; aqui, como em muitas outras coisas, faltava ao Prof. Marcelo Caetano coragem política para assumir e fazer vingar as teses que pessoas como o seu filho Miguel ou João Salgueiro defendiam: ligarmo-nos à Europa, com tudo o que isso implicava. Claro que isso contrariava frontalmente a política oficial do Portugal pluricontinental e os interesses económicos (ou miopia económica...) subjacentes. Pessoalmente, considero que também aqui Marcelo Caetano frustrou muitas esperanças e fez perder muitas oportunidades» (p. 101).

Tavares Castilho desmistifica esta leitura afirmando correctamente que Caetano fora sempre fortemente ligado ao regime salazarista e às colónias. A questão fundamental para o novo presidente do Conselho era o ultramar. À semelhança do seu antecessor, Caetano acreditava que a liberdade e a independência dos países da Europa se jogavam igualmente em África. Para Caetano, a dicotomia Europa/ultramar era falsa, «a Metrópole está na Europa. Aqui possui as suas relações peculiares de vizinhança. E não pode, em nome das ligações que mantém com o Portugal africano, desconhecer o conjunto de interesses que a ligam, cultural e economicamente, como na política e na defesa, aos restantes países do Ocidente europeu». Em relação ao Mercado Comum, estes interesses eram de ordem económica, onde «temos bastante a ganhar», e não de ordem política, onde «teríamos tudo a perder» (pp. 126 e 124). Em termos políticos, Caetano opunha-se ao princípio democrático do Mercado Comum; em termos económicos, considerava que a economia portuguesa não resistiria ao impacto da entrada na CEE e a pauta externa comum interferiria com as relações económicas privilegiadas de Portugal com o ultramar. O acordo comercial de 1972 seria justificado pelo presidente do Conselho por a CEE, com a adesão da Grã-Bretanha, absorver mais de 50% das exportações portuguesas.

Tavares Castilho acredita que o papel do ministro da Economia de

Caetano, Dias Rosas, na aproximação à CEE tem sido praticamente ignorado a favor do ministro dos Negócios Estrangeiro, Rui Patrício. Segundo o autor, «foi, de facto, a partir da equipa presidida por Dias Rosas que se instalou no Governo uma nova filosofia de desenvolvimento do País, decididamente apostada na revisão das suas perspectivas, seja pela revisão do regime do condicionamento industrial, seja por uma maior aproximação aos movimentos de integração económica da Europa, cuja inflexão no sentido do alargamento do Mercado Comum era um dado cada vez mais adquirido» (p. 129). Igualmente decisiva, e bem mais clara, foi a conclusão da Comissão de Estudos sobre Integração Económica Europeia nomeada pelo governo: «Deveremos procurar associar-nos à Comunidade, nos termos do artigo 238.º do Tratado de Roma, cuja elasticidade nos permitirá [...] estabelecer com a CEE fórmulas de colaboração que um acordo comercial dificilmente poderia abranger.» Esta conclusão implicaria que Portugal, obtido o estatuto de membro associado, seria num futuro próximo membro de pleno direito, para o qual teria forçosamente de democratizar o seu regime político. A comissão presidida por Teixeira Guerra, coadjuvado por Calvet Magalhães e integrando, entre outros vogais, Silva Lopes e João Cravinho, avisava igualmente que nas futuras negociações não deviam ser expostas «ideias que envolvam uma contradição doutrinária em relação aos princípios que informam a

CEE» e que, à semelhança das negociações com a EFTA, os territórios ultramarinos deveriam ser excluídos do acordo. Na opinião desta comissão, os prejuízos da exclusão do ultramar seriam muito inferiores à exclusão da metrópole, que teria igualmente «desastrosas repercussões na situação dos nossos territórios situados em outros Continentes» (pp. 138-139). Pelos motivos já apontados, Marcelo Caetano rejeitaria a opção de membro associado a favor de um acordo comercial com a CEE.

Como sucessor de Salazar e seu associado desde a primeira hora, Caetano sabia que os defensores do regime estavam atentos ao mais pequeno desvio. O presidente da Assembleia Nacional, Albino dos Reis, na primeira sessão após a tomada de posse do novo presidente do Conselho, avisa Caetano de que «a nossa política ultramarina não se modificará. A nossa política interna manter-se-á quanto aos princípios gerais que a informam.» Este aviso seria repetido por outros notáveis da Assembleia, «naquela linguagem cifrada», de acordo com Tavares Castilho, «que diz não acreditar... naquilo que realmente estão convencidos» (p. 103). O conflito interno, simbolizado pelos debates na Assembleia Nacional, seria entre dois modelos de desenvolvimento: o colonial, o apregoado pelos ultras do regime liderados pelo ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, e o europeu, defendido pelo sector tecnocrático do regime e substanciado pela nossa dependência económica na Europa. Por detrás

destes argumentos, o verdadeiro debate centrava-se na continuada validade do regime e do seu regime colonial anacrónico ou da transformação deste numa democracia europeia, com a consequente descolonização e viragem política para a Europa. Estas duas correntes dentro do regime são sintetizadas por Tavares Castilho: os «herdeiros do Estado Novo, que tinham como breviário os *Discursos* de Salazar e viam na África a subsistência da Nação, e um sector mais liberal, que se revia nos modelos da Europa desenvolvida e tinha como referência as encíclicas de João XXIII e a igreja do Vaticano II» (p. 142).

Mesmo os primeiros já reconheciam em 1966, conforme escreveu Franco Nogueira, que já poucos acreditavam em África, «em todo o Conselho de Ministros, além do Presidente do Conselho, haverá neste momento quatro ou seis ministros que sentem e acreditam no Ultramar [...] Por todo o lado, no mundo oficial, nota-se uma desorientação básica, confusa, quase um pouco de salve-se quem puder» (p. 36). Esta realidade incontornável seria reflectida na fraca argumentação dos defensores da política ultramarina ameaçados também pela opção europeia. O ex-ministro da Economia Teixeira Pinto manifesta a sua desconfiança na Assembleia Nacional em Fevereiro de 1970, com a frase vazia «com ou sem Europa, mas certamente com o Ultramar, interessa-nos antes de tudo fazer uma política portuguesa» (p. 115). Ora a política portuguesa, e em especial a

sua economia financiadora da guerra colonial, dependia essencialmente da Europa e, portanto, não poderia ser divorciada desta. Se esta realidade deveria ser óbvia para um ex-ministro da Economia, a sua defesa extremada do dogma colonial salazarista seria acompanhada em mais elevada hipérbole por Franco Nogueira, cuja competência política era reconhecida mesmo pelos seus adversários. Em Abril de 1970, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros considera que «a integração económica da Europa é um mito» e, contraditoriamente, que este sonho «a nossos olhos se começa a desintegrar». Embora Portugal se tornasse membro do Mercado Comum, «passaríamos a ser colonizados pela Europa, e depois a Europa colonizaria o Ultramar português». Esta opção europeia significaria igualmente a perda da nacionalidade a favor da Espanha. Para Franco Nogueira, «a realidade básica da Nação Portuguesa é constituída pelo indissolúvel conjunto de metrópole e ultramar» (pp. 144-145).

Esta argumentação irrealista seria refutada por José Pedro Pinto Leite. O líder da ala liberal responderia na Assembleia Nacional que «é fundamental que o País tome consciência de que o movimento centrípeto iniciado pelo Mercado Comum é irreversível e que Portugal, embora de vocação ultramarina, é também europeu e não deve nem pode fugir-lhe». Para Pinto Leite, a aproximação económica à Europa não implicava a perda da independência e «a integração económica europeia não é um mito, como

se comprova pelo facto de já se ter iniciado o diálogo entre a Inglaterra e a Comunidade». O deputado não entendia o «recente alarido à volta da nossa participação nos movimentos de integração económica», quando a adesão à EFTA datava de 1959, onze anos antes, concluindo que «a opção que se pretende descobrir quando nos pretendemos aproximar da Europa não passa de um fantasma e, como tal, não tem existência real» (pp. 146-147).

A verdade das palavras de Pinto Leite seria provada, menos de dois anos mais tarde, em Dezembro de 1972, durante a ratificação do acordo comercial entre Portugal e o Mercado Comum. O primeiro orador, Franco Nogueira, em nome da Comissão de Negócios Estrangeiros, segundo Tavares Castilho, «limitou-se a meia dúzia de palavras de circunstância [...] com as quais procurava insinuar que sempre estivera a favor das negociações» com o Mercado Comum e justificar a recomendação favorável da Comissão. Quais os motivos para o *volte-face* de Franco Nogueira? Tavares Castilho atribui esta mudança às ameaças de despedimento por Marcelo Caetano da sinecura que Franco Nogueira mantinha no Caminho de Ferro de Benguela (CFB), citando para o efeito a correspondência particular de Marcelo Caetano editada por José Freire Antunes. A 1 de Julho do ano anterior Franco Nogueira escrevera a Caetano: «Nada está mais distanciado do meu pensamento ou propósitos do que causar, por actos ou

iniciativas minhas, qualquer embaraço ou aborrecimento ao Governo e a Vossa Excelência [...] em tudo quanto estiver ao meu alcance, só procuro e procurarei colaborar, com o mais total e puro desinteresse.» Numa segunda missiva, escrita seis meses antes da ratificação do acordo comercial, Franco Nogueira pedia a Caetano que se «sobrestivesse na execução da decisão até Vossa Excelência poder ouvir-me durante alguns minutos [...] julgo haver desempenhado as minhas funções no CFB com dedicação, sempre orientado pelos interesses do Estado e do Governo, e uma exoneração poderá pôr em dúvida que assim seja, até com reflexos na minha honorabilidade, o que me permito pôr também à consideração de Vossa Excelência» (pp. 167-168). Franco Nogueira punha os seus interesses pessoais acima da defesa intransigente do ultramar, que advogara dois anos antes. Ou será que o líder ultramarinista já não acreditava no ultramar? Qual a explicação a dar para um político respeitado abandonar a sua defesa intransigente da *suposta* herança salazarista *que rejeitava* qualquer ligação à CEE? A conclusão de Tavares Castilho é certa: «No fundo era o sistema que estava esclerosado, envelhecido, esgotado e já não comportava remendos. Não tendo sido nunca confrontado com o problema da ruptura histórica, o regime extinguiu-se de morte natural, inexoravelmente» (p. 43). O mesmo poderá dizer-se da argumentação de Franco Nogueira,

muito aplaudida pela Assembleia Nacional em 1970. O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros nunca renegaria as suas palavras, mesmo depois de os eventos históricos após o 25 de Abril terem provado a sua total irrealdade.

A primeira conclusão a que Tavares Castilho chega em *A Ideia de Europa no Marcelismo* é a de que, «como realidade cultural e política, portadora de um acervo estruturante edificado sobre os valores da liberdade, [esta] esteve sempre ausente do discurso das elites portuguesas». Uma conclusão comprovada pelo acordo de Julho de 1972, entre as três hipóteses possíveis — adesão, associação e acordo comercial: Portugal opta pelo último sem qualquer tipo de vínculo político, não diferindo em substância de outros acordos comerciais que a CEE assinara com países extra-europeus. A conclusão final desta valiosa contribuição para a historiografia de Portugal e a integração europeia é a de que à data da assinatura do acordo comercial com a CEE «a distância entre Portugal e a Europa não era substancialmente diferente da que existia em Janeiro de 1960, aquando da assinatura formal da adesão à EFTA. Entre os dois momentos — e sempre — imperou o pragmatismo» (p. 228). Tavares Castilho salvaguarda que a sua investigação é uma primeira abordagem ao tema e de carácter provisório. Aguarda-se que o labor deste investigador possa ser oportunamente complementado quando os fundos arquivísticos ficarem disponíveis.

NICOLAU ANDRESEN LEITÃO